

O Colapso Começa Dentro:

Como a Conivência das Elites Precede a Punição dos Mercados

Não são as tarifas que arruinam um país. São os pactos internos de conveniência. O colapso de uma nação não começa no anúncio de uma sanção ou no fechamento de uma fronteira comercial. Ele começa quando as instituições deixam de se submeter a princípios objetivos e passam a operar por alinhamento, temor ou cálculo. E, nesse processo, o papel das elites não é coadjuvante – é central.

Toda elite tem uma escolha a fazer quando a ordem institucional começa a se desfigurar: resistir ou lucrar. Na maioria das vezes escolhe lucrar. Não por malícia pura, mas porque aprendeu a operar em ambientes instáveis, a extrair vantagens do caos, a explorar os vácuos criados por crises políticas, jurídicas e sociais. E enquanto os pequenos recuam, os grandes moldam o ambiente ao seu favor – até que o próprio ambiente deixe de ser sustentável.

A retórica de que “as sanções são injustas” mascara uma verdade incômoda: o tarifaço anunciado por Donald Trump nada mais é que a consequência visível de uma cadeia de sinais internos ignorados. Quando a diplomacia se omite, o Judiciário vira trincheira ideológica, o Executivo perde coerência e o Legislativo se torna cúmplice do silêncio – o resultado é previsível. O país deixa de ser confiável. E confiança, em comércio exterior, é tão importante quanto qualidade ou preço.

Mas há algo ainda mais perverso: é quando a elite econômica passa a fingir que tudo está em ordem e trata abusos institucionais como “ruídos políticos”. Quando lida com perseguições seletivas como “ajustes temporários” e tolera censura judicial como se fosse um efeito colateral necessário. O problema não é apenas a omissão – é a normalização. É a tentativa de transformar exceção em regra, instabilidade em estética e arbitrariedade em técnica.

A narrativa oficial continuará dizendo que os problemas vêm de fora. Que o mundo nos persegue, que as potências nos sabotam. Mas o mundo apenas reage. Reage ao enfraquecimento das salvaguardas democráticas, ao desaparecimento do contraditório, ao fato de que as instituições brasileiras já não garantem previsibilidade jurídica nem segurança política. O pior é que setores estratégicos da sociedade fingem não ver nada disso.

Há um preço para esse tipo de fingimento. Ele vem em forma de isolamento, restrição, descrédito; vem na retração dos investimentos, na migração das cadeias produtivas, na perda de relevância internacional. Não porque o país seja pobre ou desorganizado, mas porque se tornou, aos olhos do mundo, institucionalmente instável – e, por isso, imprevisível.

O momento exige mais do que notas em jornal ou alertas técnicos. Exige que a elite econômica rompa com a covardia estratégica que a impede de reconhecer a desordem institucional como vetor de destruição econômica. Porque o risco, desta vez, não está apenas nos indicadores. Está na simulação coletiva de normalidade, que transforma a elite de hoje em cúmplice – e amanhã, em refém do próprio silêncio.

- A desordem institucional começa quando as elites, em vez de resistirem à corrupção do sistema, escolhem lucrar com a crise, o que amplifica o colapso.
- A elite econômica finge que os abusos e a censura são apenas “ruídos políticos” ou “ajustes temporários”, contribuindo para a perda de previsibilidade e a instabilidade do país.
- A falta de ação das elites econômicas e políticas resulta em isolamento, retração de investimentos e perda de relevância internacional, tornando o país imprevisível e institucionalmente instável.

